

RESPIGAR A HABITAÇÃO DO PASSADO COMO ATO DE RESISTÊNCIA

RUI J. G. RAMOS,
GISELA LAMEIRA,
TIAGO LOPES DIAS



“DÉCHETS”, JULIE NAHON, 2019, A PARTIR DA PINTURA “DES GLANEUSES”,
JEAN-FRANÇOIS MILLET, 1857

A urgência da *habitação para o maior número*, capaz de atender à adversidade e incerteza, de ser inclusiva e intergeracional, de traduzir processos culturais e de participação, como parte da resposta à crise *societal* contemporânea, mais do que propor novos modelos de habitação, exige o reconhecimento da permanência destes desafios ao longo da história. Neste sentido, a resposta aos problemas atuais, indiscutivelmente premente, ganha profundidade se elaborada na *longue durée* da experiência da construção de habitação no século XX, e na compreensão dos seus fundamentos e lógicas.

Nas primeiras décadas do século XX, o problema da habitação determinou a implementação de programas de construção em massa de Berlim a Frankfurt, de Viena a Amsterdão, promovendo o acesso à casa

condigna e à cidade. Este processo impulsionou de igual modo a redefinição da habitação e das formas de habitar para alcançar uma resposta aos desafios do seu tempo, implementando visões ideológicas como a “habitação mínima” e a “cozinha de Frankfurt” como espaços ajustados para a vida moderna.

Simultaneamente, a investigação sobre o *plan libre* e os recursos, diretos e indiretos, de flexibilidade, polivalência, adaptação e reversibilidade, potenciou a experimentação contínua de “tipos adaptáveis”. A possibilidade de organizar o espaço de forma independente dos constrangimentos estruturais, veiculada por novos materiais e técnicas construtivas, abre caminho a estratégias de composição e distribuição da casa que serão exploradas por diferentes arquitetos ao longo das gerações seguintes,

na proposta de espaços domésticos inclusivos, resilientes, adaptados à variabilidade intrínseca ao habitar.

No pós-guerra, o principal foco de investigação foi dirigido para os recursos construtivos e materiais locais, e sobretudo humanos, isto é, as comunidades e a forma como habitam, como usam e se apropriam do espaço. Os “trinta anos gloriosos” possibilitaram aos estados democráticos ocidentais pôr em prática experiências fundamentais como o envolvimento dos cidadãos no processo de alojamento, através de consultas públicas, da averiguação prévia das suas necessidades, e até da participação direta através da autogestão (modelo cooperativo) ou da auto-construção, experiências que alicerçaram o direito à habitação e o direito à cidade.

No difícil contexto da ditadura do Estado Novo, em Portugal, algumas destas questões começaram a ser abordadas por arquitetos que trabalhavam ao serviço de instituições como a Federação das Caixas de Previdência e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o que lhes permitiu, com uma certa autonomia, ir estabelecendo bases de trabalho sólidas e equipas técnicas bem preparadas. Mas será apenas depois da revolução de 25 de abril de 1974, com o programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), que se poderá avançar rapidamente para formas alternativas de pensar e construir habitação.

O facto do SAAL constituir uma oposição aos modelos liberais que ditavam os sistemas convencionais de alojamento acabou por limitar a sua ação. De igual modo, o contexto internacional dos anos de 1980, pós crise petrolífera de 1973, veio alavancar a delapidação da política habitacional conduzida

desde a fundação do FFH (Fundo Fomento Habitação, 1969), com a convicção de que a habitação social/económica era um encargo que não cabia ao Estado fazer, substituindo-a, única e ilusoriamente, pelos desígnios do mercado imobiliário e financeiro.

A discussão contemporânea do “problema da habitação” tem sido impulsionada em Portugal através de estratégias de carácter político, traduzidas em alterações legislativas como a promulgação da Nova Geração de Políticas Públicas de Habitação (2018), da Lei de Bases da Habitação (2019), e da recente aprovação pelo governo do pacote de medidas Mais Habitação (2023).

Esta discussão, além de política, é também eminentemente arquitetónica e, por conseguinte, deverá incorporar a vertente da atualização de tipos e modelos de habitação (numa lógica oposta à ideia de projeto-tipo), ultrapassando propostas cristalizadas. Esta banalização da habitação coletiva decorreu, em parte, de uma apropriação seletiva da utopia e das propostas do projeto do Movimento Moderno para a sociedade, deformando-as perante a complacência de todos e o interesse de alguns. Os resultados deste processo conformam, entre outros aspetos, soluções pouco resistentes a alterações dos modos de vida que possam refletir, por exemplo, situações de convívio intergeracional, atividades como o trabalho a partir de casa, ou questões gerais como a adaptação ao envelhecimento dos habitantes ou a adequação a critérios de eficiência energética.

Contudo, os resultados da recente realização de numerosos concursos destinados à criação de habitação para arrendamento acessível, de iniciativa municipal ou promo-

vidos pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.) são preocupantes por apontarem um caminho inverso. Ao nível da elaboração dos programas de concurso, são induzidos sistemas de distribuição convencionais e limitadores da investigação tipológica referida. E também, ao nível da avaliação das propostas conduzida pelos júris, não se dão conta, dentro das regras concursais, de outras propostas que possam refletir as experiências de sucesso/insucesso de um século de habitação coletiva. Entre outros, estes aspetos desconsideram a diversidade dos modos de habitar e a transformação do espaço habitacional ao longo da vida, como necessária expressão de durabilidade da arquitetura e condição *sine qua non* de sustentabilidade.

Nesse sentido, em Portugal, a aceitação da multiplicidade das formas de habitar e da sua natural variação, em conjunto com aspetos como os movimentos demográficos, o envelhecimento da população e as alterações climáticas, questões indiscutíveis na atualidade, não podem permanecer ausentes da discussão disciplinar da Arquitetura, e particularmente no âmbito das práticas de desenho e dos mecanismos de análise do projeto arquitetónico. Estes constituem um contributo necessário e específico dos arquitetos face aos desafios atuais, numa resposta inclusiva, resiliente e diversificada a problemas intemporais como a acessibilidade, os requerimentos espaciais, a adaptação a circunstâncias e modos de vida ao longo do tempo, ou a necessidade de resposta a padrões de construção sustentável. Práticas e soluções presentes na Habitação do passado, que hoje interessam cuidadosamente respigar.

(NOTA: O PRESENTE RESUMO FOI ELABORADO COM BASE NUM ARTIGO ONDE OS AUTORES AMPLIAM E DETALHAM AS TEMÁTICAS APRESENTADAS.)